



Propostas de governo e desemprego no Brasil – eleições 2010 e 2014

Marta Machado^{1*} e Rômulo Eduardo Ambar Lins²

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Trindade, s/n, 88040-900, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ²Faculdade Beneficiência Portuguesa de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: ufscmarta@gmail.com

RESUMO. Analisamos as propostas de governo sobre desemprego da então candidata à presidência do Brasil nos anos 2010 e 2014, Dilma Rousseff. Depois, levantamos o comportamento dos índices de desemprego durante as duas gestões da presidente eleita através da análise de conteúdo. Por fim, comparamos se as expectativas criadas nas propostas de governo da candidata se traduziram nos números da ocupação de mão de obra de suas gestões. Os resultados demonstram que há pouca relação entre as diretrizes encontradas no documento registrado no STE e os índices de desemprego, especialmente em seu segundo mandato. Ainda que a última gestão tenha sido interrompida por um *impeachment*, havia uma expectativa de continuidade da política de geração de emprego pelo vice de sua chapa, uma vez que as propostas de governo eram comuns aos dois. Especialmente a partir da segunda metade da gestão 2014-2018 percebemos um aumento significativo do desemprego, indicando que a continuidade de políticas anteriores não surtiu o efeito esperado.

Palavras-chave: desemprego; campanha eleitoral; eleições; propostas de governo; presidência.

Government proposals and unemployment in Brazil – 2010 and 2014 elections

ABSTRACT. We analyze the government proposals concerning unemployment made by 2010 and 2014 presidential candidate Dilma Rousseff using content analysis methods. Then, we evaluate unemployment numbers during her two mandates, and we compare them to the expectations raised by her government proposals. The results point out the lack of correlation between the government proposals presented at the presidential campaign, on the one hand, and the unemployment indexes, on the other, especially regarding the second mandate. Although her second mandate has been interrupted by an impeachment, one would expect the continuity of employment generation policies by the vice president. Nevertheless, especially in the second half of the second mandate, one observes a sharp rise in unemployment, indicating the inefficiency in the policy of simple continuity of previous mandate measures.

Keywords: unemployment; electoral campaign; elections; government proposals; president.

Received on February 24, 2024.
Accepted on October 23, 2025.

Introdução

A Lei nº 12.034 de 2009, introduziu uma nova obrigação eleitoral para os candidatos a cargos majoritários no Brasil: o depósito de suas propostas de governo no registro da candidatura junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essa nova exigência, ainda que não implique, num primeiro momento, na fiscalização da realização ou não dessas diretrizes, começa a criar alguma dinâmica de maior responsabilização por parte dos candidatos com relação a seus discursos eleitorais. O fato de terem que oficializar formalmente suas metas e objetivos de gestão – que até então não eram exigidas pelo TSE – e terem as mesmas divulgadas publicamente no sítio de internet do Tribunal, dá a esses documentos um caráter de ‘mapa’ de gestão a ser seguido por quem pleiteia cargos públicos. Além disso, oferece subsídios documentais para que os cidadãos futuramente cobrem o comprometimento de seus gestores com as expectativas criadas nas campanhas. Esse material serve ainda para estudos acadêmicos da relação entre o discurso e a prática de candidatos eleitos. E é nessa última dimensão que esse artigo se insere.

Teóricos da macroeconomia apontam que não é possível gerar emprego – ou diminuir os índices de desemprego – sem impactar outros aspectos econômicos, como o nível de produção e renda do país, o consumo, os preços e a inflação (Carlin & Soskice, 2015). Essa intrincada relação entre aspectos econômicos

limita o nível de promessas minimamente responsáveis que um candidato possa fazer – pelo menos se ele quer manter algum tipo de coerência interna em seu programa. A pouca familiaridade com aspectos da política econômica da maioria da população faz com que essas incongruências não sejam percebidas e promessas inatingíveis sigam sendo propagadas durante as campanhas eleitorais no país. Também o fenômeno da reeleição presidencial, possível a partir da mudança na legislação em 1997, e a utilização de políticas econômicas que gerem índices mais favoráveis às vésperas das eleições é tema que tem recentemente sido observado por acadêmicos interessados nos impactos dos incumbentes nos resultados dos pleitos nacionais (Bolzan, 2016).

Fatores externos, que fogem ao controle dos governos, são muitas vezes creditados como culpados pelos ‘descaminhos’ dos índices econômicos, diminuindo a responsabilização daqueles que prometem com a execução de seus planos. No entanto, poucos estudos têm buscado medir a distância entre discurso e prática. Como a obrigatoriedade da publicidade das propostas de governo é algo recente na legislação eleitoral brasileira, até recentemente era difícil encontrar dados oficiais e sistemáticos para construir esses estudos. A partir de agora, novos esforços poderão ser feitos no sentido de avaliar até que ponto o que se propaga nas campanhas de fato se traduz em ações de governo de políticos eleitos.

O objetivo deste artigo, no entanto, não é fazer a análise das conjunturas político-econômicas nacionais e internacionais que tiveram impacto direto no segundo mandato, bem como no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, mas exclusivamente a relação existente entre as chamadas promessas de campanha e as ações e os resultados apresentados pela presidente em seu segundo mandato, uma vez que uma análise desse contexto mais amplo de governo demandaria outras abordagens do tema não adotadas aqui.

O tema das campanhas eleitorais tem sido estudado no Brasil com maior atenção desde a redemocratização e a primeira eleição direta para presidente, em 1989. Também aquela eleição é considerada um marco em termos de adoção de estratégias de marketing eleitoral em campanhas no Brasil. Fernando Collor de Mello, candidato de um partido inexpressivo e com uma trajetória desconhecida da grande maioria do povo brasileiro foi eleito com mais de 35 milhões de votos (Melo, 2007). Sua campanha foi marcada por um discurso de combate à corrupção, personificado na figura dos ‘marajás’. Curiosamente, a mesma corrupção que Collor prometia combater em suas promessas de campanha foi o estopim para sua queda do poder através de um *impeachment* julgado pelo Senado Federal em 30 de dezembro de 1992. Sua gestão teve que ser concluída pelo vice-presidente, Itamar Franco. O mesmo aconteceu com a presidente Dilma Rousseff. Eleita para seu primeiro mandato em 2010 e reeleita em 2014, ela não conseguiu finalizar o segundo mandato e foi substituída pelo vice, Michel Temer. Nesse artigo nos debruçamos sobre as propostas de governo das duas eleições de Dilma Rousseff, posto que ela foi a única presidente eleita desde a criação da obrigatoriedade do registro desses documentos de candidatos à presidência pelo TSE.

Este artigo conta com uma próxima seção de revisão de literatura sobre desemprego e propostas de governo. Em seguida, comentamos as opções metodológicas deste artigo e apresentamos os dados coletados. Logo após, analisamos a evolução dos índices de desemprego e inflação ao longo dos dois mandatos da presidente e cotejamos os mesmos com as propostas de governo. Por último traçamos conclusões a partir dos dados levantados e da literatura e fazemos considerações finais e recomendações para estudos futuros.

Referencial teórico

Para Paes de Barros et al. (1990), é possível dividir os estudos sobre desemprego em três grupos: um primeiro, que se dedica a entender o conceito de desemprego e analisá-lo empiricamente; um segundo, que estuda o comportamento da taxa de desemprego agregada e sua relação com outras variáveis macroeconômicas, e um terceiro, que busca analisar a estrutura das taxas de desemprego. Este artigo se insere no segundo grupo, na medida em que nos interessa observar o comportamento dos índices de desemprego nas gestões da presidente eleita em 2010 e 2014 em contraste com suas propostas para o combate ao desemprego definidas na campanha eleitoral. Não podemos, no entanto, negligenciar o fato de que outras variáveis macroeconômicas mencionadas nas propostas de governo da candidata também impactam os índices de desemprego no país. Nesse sentido, é importante atentarmos para a coerência interna de informações apresentadas nos programas, buscando avaliar se estas seriam factíveis sem afetar a geração de empregos.

Segundo Zylberstajn e Neto (1999), é possível classificar as políticas para o desemprego em dois grupos, sendo um de políticas passivas, referente às medidas de assistência ao trabalhador desempregado, como o seguro desemprego. Já o grupo das políticas ativas compreende aquelas que buscam estimular a oferta de mão de obra através da qualificação e formação desta, as políticas de demanda, que estimulam a criação de postos de trabalho nos setores públicos e privados, e as políticas de melhoria do ‘matching’ entre empresas e trabalhadores em busca de colocação. Para os autores, embora as modalidades passivas tenham sido uma tônica constante nas políticas de emprego nas últimas décadas (e vale notar que eles escrevem no final da década de 1990, ou seja, quase duas décadas atrás e antes do primeiro governo Lula), é preciso equilibrar essas duas frentes na formulação de um programa de governo que atenda o cenário de fortes mudanças no campo do trabalho que vimos assistindo ao longo dos anos. Estes autores nos indicam a necessidade de operarmos uma avaliação das propostas formuladas pela equipe da candidata Dilma Rousseff no que diz respeito à presença de políticas passivas e ativas a partir dos dados coletados.

Zylberstajn e Neto (1999) apontam ainda que não há consenso entre os economistas no que diz respeito às causas do desemprego. O estudo da Curva de Phillips a partir dos anos 1950/60 estabeleceu uma relação entre inflação e desemprego – não exatamente causal, mas de conexão entre aumento de consumo -> geração de emprego -> aumento de preços -> aumento de inflação, indicando que, ao se buscar reduzir o desemprego, corre-se o risco de gerar mais inflação, uma vez que políticas que busquem o aquecimento do consumo (mais consumo = mais produção) impactam nessas duas variáveis (emprego e preços). Essa abordagem recebe críticas e tem sido contestada na análise dos padrões de comportamento dos índices em países emergentes como o Brasil (Sachsida, 2013). Neste estudo nos interessa, no entanto, perceber de que forma as propostas de governo da candidata mencionam essa relação e dão conta de pensar mecanismos que garantam mais emprego sem descontrole dos índices de inflação.

Em seus estudos acerca da relação entre política e economia, Bolzan (2016) afirma que, ao formularem suas políticas econômicas, os partidos por trás dos candidatos estão mais interessados em ganhar as eleições e se perpetuar no poder para ganhos pessoais de seus integrantes do que necessariamente em impactar positivamente a qualidade de vida da população. Essa é uma afirmação forte, que a autora corrobora com o modelo trazido da obra ‘*Uma teoria econômica da democracia*’, de Anthony Downs (1999), publicado originalmente em 1957, que não vamos explorar nesse artigo. Outro modelo apresentado pela autora é o de Nordhaus, que afirma que a preferência do eleitor é por baixos índices de desemprego e de inflação e que sua memória é decrescente, ou seja, sua percepção é mais forte das políticas mais recentes do que daquelas do passado. Nesse sentido, é interessante observar nas propostas que analisaremos a utilização do desempenho das políticas recentes como indicador de sucesso para balizar propostas econômicas futuras da candidata. Vale lembrar aqui que a primeira candidatura de Dilma Rousseff se deu logo após dois mandatos do PT com o presidente Lula, sendo que Dilma esteve, nesse período, à frente de duas importantes pastas de políticas nacionais – o Ministério de Minas e Energia (2003 a 2005) e a Casa Civil (2005 a 2010).

Na candidatura à reeleição, em 2014, Dilma podia ainda contar com os impactos de uma primeira gestão própria de quatro anos para embasar as perspectivas de seus planos para um segundo mandato. Nossa análise dos dados deve buscar entender a forma como essa experiência aparece nas propostas de governo para uma segunda gestão. Nas teorias abordadas por Bolzan (2016), aponta-se a tendência do eleitor a votar contra o partido governante se as condições econômicas apresentadas na sua administração se deterioraram. Assim, ao analisarmos os índices de desemprego no primeiro governo Dilma é esperado que se encontre tendência de queda, já que a candidata logrou se reeleger. O mesmo não é esperado no seu segundo mandato, uma vez que, na prática, se observou um grande movimento popular pela sua queda do poder – o que pode ter sido gerado pela tendência do eleitor, apontada pela autora, de rejeitar o partido governante no caso de deterioração das condições econômicas.

Bolzan (2016) afirma ainda que, a curto prazo, o governo eleito tende a combater a inflação e elevar o desemprego, mas que, com a aproximação das eleições, essa relação se inverte, com os governantes tendendo a priorizar políticas que reduzam as taxas de desemprego. Com isso se estabelece um ciclo político-econômico com índices mais altos de desemprego e mais baixos de inflação nos anos iniciais dos mandatos e crescimento dos índices inflacionários e queda no desemprego no final destes. Buscaremos observar nos índices dos governos Dilma se essa tese se confirma.

Na seara da literatura nacional sobre campanhas eleitorais, alguma atenção tem sido dada ao tema dos gastos (Carlomagno, 2015; Lima & Alves, 2014; Heiler et al., 2016) e a fatores que impactam nos resultados das urnas (Speck & Mancuso, 2013; Rebello et al., 2016; Borba & Cervi, 2017). Também a análise de conteúdo

das propagandas tem sido uma estratégia de pesquisa recorrente nos estudos, principalmente na área de comunicação (Albuquerque, 1997; Borba, 2015). Algumas mudanças que as campanhas vêm sofrendo ao longo dos anos no Brasil, seja em termos de planejamento (Estrada et al., 2013) ou de aspectos estéticos e técnicos, têm sido associadas à uma percepção de profissionalização destas (Fernandes & Tomazett, 2002; Alves, 2015; Marques & Conceição, 2016). Machado (2009) afirma que estudos contemporâneos na área da ciência política tem se ampliado na investigação dos impactos das campanhas sobre as decisões dos cidadãos. Ao investigar a retórica da reeleição examinando os pleitos de 1998 e 2006, a autora busca observar as narrativas que são construídas no cenário político eleitoral e suas representações. Esse tipo de estudo não é novo. Desde a redemocratização brasileira, vários acadêmicos passaram a se dedicar a entender o discurso eleitoral no Brasil. Vale destacar os trabalhos de Albuquerque (1995, 1997, 1999, 2010), Albuquerque e Dias (2002), Figueiredo (2000, 2007) e Figueiredo et al. (2000), que decodificaram o horário eleitoral de propaganda gratuita e que inspiraram e formaram vários outros pesquisadores nesse mesmo campo.

Mas como perceber esses limites do discurso de campanha? Uma das dificuldades para isso está no acesso limitado a documentos sistemáticos das propostas dos candidatos. Com o advento da Lei nº 12.034 (2009), passamos a ter divulgados publicamente as ideias que os candidatos defendem como soluções para o Brasil e que pretendem, a priori, colocar em prática no caso de sua eleição aos cargos majoritários pleiteados.

Na próxima seção abordamos o percurso metodológico deste artigo, identificando os autores e métodos utilizados e as fontes de dados analisadas.

Materiais e método

Mundim (2012) afirma que os estudos sobre aspectos discursivos das campanhas eleitorais têm se concentrado em grande parte na análise de discurso da cobertura da imprensa e das comunicações políticas. Neste trabalho não seguiremos o caminho da análise de discurso da cobertura midiática, nem das comunicações políticas em horário gratuito de propaganda eleitoral. Nossa opção é utilizar a análise de conteúdo para avaliar os documentos oficiais encaminhados pelos postulantes aos cargos majoritários no Brasil, nesse caso, à presidência da república. Eses documentos, escritos num momento bem inicial da campanha, se diferem bastante do discurso da propaganda eleitoral por não sofrerem a interferência das oscilações temáticas no confronto com outros candidatos. Segundo Borba (2015), um dos caminhos a serem seguidos pelos candidatos em campanha é o ataque aos adversários. No caso das propostas de governo, não há essa preocupação, posto que o documento é redigido de forma isolada de outros candidatos e (ainda) não é visto exatamente como instrumento de propaganda eleitoral. As propostas de governo podem ser redigidas com o aval dos marqueteiros de campanha – e, em alguns casos, é possível perceber que ele foi criado já no contexto de formulação dos documentos publicitários, mas por se tratar de um texto obrigatório e veiculado, a princípio, apenas no sítio do TSE, seu impacto em termos de acesso dos eleitores é mínimo, daí observarmos, por exemplo, um descuidado estético com o documento por alguns candidatos. Nos casos em estudo aqui, esses textos foram apresentados no formato PDF (exigência do Tribunal) sem maiores diagramações ou trabalhos gráficos (não há nada definido nesse sentido na legislação eleitoral quanto a restrições desse tipo de interferência no documento).

Este trabalho parte da análise das propostas de governo da então candidata Dilma Rousseff para as eleições de 2010 e 2014. As propostas foram encontradas na seção de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do sítio de internet do Tribunal Superior Eleitoral, dentro da aba Propostas de Governo da candidata para cada eleição.

Os dados coletados foram examinados através da análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo pode valer-se de uma avaliação dos ‘significados’ das mensagens que compõem o corpus de estudo, caso da análise temática, como pode ainda se concentrar no exame dos ‘significantes’, quando, por exemplo, se faz uma análise lexical dos textos em estudo. Ainda segundo Bardin (2011), o tema é a unidade de significado que se destaca no texto, partindo de certos critérios encontrados na literatura que servem de guia para a abordagem do objeto de estudo. Nessa perspectiva, o texto pode ser dividido em ideias que o compõem ou em enunciados que carregam seu significado. Para o autor, portanto, fazer uma análise temática pressupõe descobrir os eixos de sentido que são comunicados nas mensagens do objeto em estudo, e sua frequência nesses discursos pode significar algo sobre o mesmo.

Para efeito de comparação das propostas de governo, realizamos um levantamento do comportamento dos índices de desemprego e inflação. Adotamos também a perspectiva de Bolzan (2016) na observação do comportamento de presidentes eleitos com relação à ênfase no combate à inflação em início de mandatos e ao desemprego em períodos pré-eleitorais.

A partir da literatura estudada, foram definidas as seguintes temáticas a serem observadas nos textos analisados:

- Políticas macroeconômicas abordadas no programa que possam impactar os índices de desemprego ao longo da gestão;
- Políticas passivas e políticas ativas para combate ao desemprego;
- Sinalizações nas propostas de governo quanto à relação entre inflação e desemprego;
- Se há ou não incoerências do ponto de vista econômico na construção retórica da candidata.

A seguir levantamos os pontos das propostas de governo de 2010 e 2014 que versam sobre esses eixos temáticos definidos para esta pesquisa.

As propostas de 2010

As propostas de governo da então candidata Dilma Rousseff, apresentadas ao TSE para as eleições presidenciais de 2010, contava com 21 páginas divididas em 79 itens, sendo que alguns destes eram também pormenorizados em subitens. As propostas apresentavam alguns grandes eixos temáticos, iniciando com ‘A grande transformação’, que menciona, ao longo de duas páginas e meia, as conquistas do governo Lula. Vale lembrar que Dilma, então candidata do PT, sucederia duas gestões também do PT, portanto, sua eleição pode ser considerada uma recondução do mesmo partido ao poder e quase uma reeleição. Ao final dessa primeira seção do programa, no item 18, reitera-se essa percepção pelos próprios mandatários com a afirmação de que ‘O futuro chegou. E o pós-Lula é Dilma’.

De maneira geral, o programa apresenta, ao longo de seus 79 itens, diversas menções a feitos dos governos Lula como introdução para apresentação de propostas de ações direcionada a problemas específicos brasileiros, em geral, na forma de continuidade de políticas do governo anterior, ou propostas mais genéricas e abrangentes, que não explicitam um plano de ação (e suas consequências) para implementação. Um exemplo do primeiro caso é o item 41 a), que prevê:

[...] reforço institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como espaço integrador de políticas sociais, consolidando os sistemas articulados com o Bolsa Família, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) (Rousseff, 2010, p. 13).

Tanto o Ministério citado como os programas Bolsa Família, SUAS e SISAN foram criados no primeiro governo Lula. Percebe-se aí a proposta de continuidade de um projeto de governo que vinha sendo conduzido nos mandatos anteriores. Já a exemplo das propostas mais genéricas e sem um plano de ação concreto, podemos citar o item 48 b), que prevê o papel de governo no sentido de “[...] aprofundar a transversalidade da política de Direitos Humanos nas políticas setoriais para a promoção e garantia dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais” (Rousseff, 2010, p. 21). Esse item aborda um tema obrigatório em propostas de governo – os direitos humanos – porém, é tratado de forma ampla, sem explicitar de que maneira se pode operacionalizar a transversalidade sugerida.

Outro exemplo de pontos genéricos é o item referente à política externa brasileira, 79 d), onde há uma afirmação de que o Brasil “fortalecerá nossa intervenção no IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e nos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China)”, sem propor uma política de ação que demonstre de que forma esse fortalecimento seria operado.

Com relação a ações que impactem o nível de desemprego no Brasil, tema deste artigo, a segunda seção do programa começa com uma frase em negrito definindo a tônica da gestão proposta, ao afirmar que “O crescimento acelerado e o combate às desigualdades raciais, sociais e regionais e a promoção da sustentabilidade ambiental serão o eixo que vai estruturar o desenvolvimento econômico” (Rousseff, 2010, p. 23). A partir do item 19 do programa, começam a aparecer as propostas concretas com relação ao crescimento do emprego no país. A candidata afirma que:

[...] a expansão e o fortalecimento do mercado de bens de consumo popular [...] se dará por meio da: [...] c) ampliação do emprego formal; d) manutenção da política de valorização do salário mínimo; e) crescimento da renda dos trabalhadores [...] por eficientes políticas públicas de educação, saúde, transporte, habitação e saneamento; f) aprimoramento permanente dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para [...] facilitar o acesso de homens e mulheres ao emprego [...] g) transição do Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania [...] (Rousseff, 2010, p. 23).

Também em um subitem do item 19 é mencionada a reforma tributária, no intuito de “[...] aumentar a competitividade das nossas empresas, [ao] [...] simplificar os tributos, desonerar a folha de salários [...] e

acabar com toda e qualquer tributação sobre o investimento" (Rousseff, 2010, p. 24). Nesse tema é possível notar um certo conflito entre um discurso que preconiza, ao mesmo tempo, uma ampliação nas políticas passivas de combate ao desemprego, como a ampliação do Bolsa Família ou a criação do programa de Renda Básica de Cidadania, e a expectativa de redução no recolhimento de tributos das empresas – já que são esses encargos que financiam os programas sociais do governo.

No terceiro segmento das propostas, intitulado, em negrito, 'Investimentos, créditos, ciência e inovação tecnológica a serviço de um novo desenvolvimento', no item 21.a) a candidata indica ser necessário que bancos ligados ao governo, como BNDES, Banco do Brasil e BASA "[...] devem orientar-se para a produção e o consumo, a custos cada vez menores, de modo a promover o emprego e a renda em um quadro de estabilidade monetária" (Rousseff, 2010, p. 26). Aqui percebemos uma contradição no que diz respeito ao aquecimento do consumo e da produção sem uma menção ao consequente quadro de inflação que essa situação geraria e a ausência de previsão quanto a mecanismos de combate a esta.

Os segmentos seguintes das propostas vão abordar, entre outras, questões ligadas à infraestrutura do país, a melhoria das condições de vida nas cidades, o SUS e o desenvolvimento ambiental sustentável. Embora essas questões se relacionam indiretamente com a dimensão macroeconômica do país, por não mencionarem especificamente aspectos que impactem o desemprego e a inflação, não foram objeto de análises aqui.

E por fim, uma curiosidade: a palavra 'desemprego' é mencionada uma única vez ao longo de todo o programa e não em referência ao Brasil, mas às condições mundiais. Quase ao final do texto, no item 79 c), se lê que o novo governo:

[...] empenhar-se-á na conclusão da Rodada de Doha, que favoreça os países pobres e em desenvolvimento e, no âmbito do G-20, na reforma já iniciada do FMI e do Banco Mundial, contribuindo para a aplicação de políticas anticíclicas que permitam a retomada do crescimento e, sobretudo, o combate ao desemprego no mundo (Rousseff, 2010, p. 28).

Já a palavra 'emprego' aparece apenas quatro vezes ao longo do texto. Destas, três se referem a propostas para o novo governo que já mencionamos acima, e uma se refere a parte inicial de relatório das gestões anteriores do PT, por isso não a incluímos na análise dos dados. Já o termo 'inflação' é mencionado somente uma vez e também se insere na parte inicial do programa e se refere aos feitos dos mandatos do presidente Lula.

Passemos agora à avaliação detalhada das propostas apresentadas pela candidata à reeleição em 2014.

As propostas de 2014

Em 2014, o documento se apresenta de forma diferente daquele submetido ao TSE em 2010. Há uma certa preocupação com a diagramação do texto, com títulos mais curtos e impactantes, como 'Mais Mudança, Mais Futuro', 'Os 12 anos que transformaram o Brasil', 'Grandes mudanças, o ponto de partida para mais transformações', 'Um novo ciclo histórico'. Interessante notar que, até a página 14 do texto de 24 páginas, o documento relata extensivamente os feitos dos mandatos petistas anteriores, que reivindica como sendo 'Os 12 anos que transformaram o Brasil'. Somente no bloco final, denominado 'Um novo ciclo histórico', são explicitadas propostas para a próxima gestão presidencial. Na primeira metade do documento, há um extenso 'relatório' pontuado por números que buscam sustentar a tese das conquistas apontadas. Na página quatro, há uma menção explícita à política macroeconômica dos governos anteriores, onde se lê que:

A política macroeconômica defendida nas campanhas eleitorais e executada nos governos do PT e dos partidos aliados é baseada na construção de condições para redução sustentável das taxas de juros; na flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais do País; na inflação baixa e estável; no rigor da gestão fiscal; na ampliação do investimento público; no incentivo ao investimento privado e no fortalecimento das parcerias entre Estado e iniciativa privada (Rousseff, 2014, p. 4).

Ainda na seção inicial de relatório das gestões anteriores, são apresentadas as quatro menções ao 'desemprego'. Não há uso dessa palavra no bloco final das propostas, onde aparecem as diretrizes para a próxima gestão de Dilma. As menções feitas no primeiro segmento são:

A taxa de desemprego assumiu a desejada trajetória de queda: em dezembro de 2002, 10,5% da população economicamente ativa estava desempregada; em abril de 2014, o desemprego havia caído para 4,9%, configurando uma situação inédita na história do país, de pleno emprego (Rousseff, 2014, p. 6).

A decisão de dar centralidade ao combate a pobreza e a miséria, e de fazer política econômica sem suprimir direitos, fez o Brasil andar na contramão dos países desenvolvidos vitimados pela crise financeira iniciada em 2008 e que

usaram os mecanismos tradicionais de política neoliberal - desemprego e redução de salário e de direitos trabalhistas - para combatê-la (Rousseff, 2014, p. 10).

Em todo o período Lula-Dilma, até maio de 2014, o País gerou 20,4 milhões de novos empregos. Enquanto, em todo o mundo, a crise eliminou 60 milhões de empregos, de 2008 até hoje, no Brasil 11 milhões de postos de trabalho com carteira de trabalho foram criados. No governo Dilma, até maio de 2014, foram gerados 5,05 milhões de empregos formais. Desde 2003, a taxa de desemprego declinou até chegar a 4,9% em abril de 2014, considerada uma situação de pleno emprego. De 2003 até hoje, a renda do trabalhador cresceu 70% acima da inflação. Outro marco histórico dos governos do PT e de seus aliados (Rousseff, 2014, p. 11).

Com relação ao ‘emprego’, o termo aparece 16 vezes ao longo do texto, sendo que dessas, 13 estão no primeiro segmento, onde se relatam os feitos das gestões anteriores. Em termos de propostas para o novo mandato da candidata, identificamos as seguintes ocorrências:

A política de mudança na qualidade do Emprego também terá forte apoio da educação. A criação de mais 12 milhões de vagas para cursos técnicos até 2015, na segunda fase do Pronatec-2, operam no sentido de qualificar trabalhadores (Rousseff, 2014, p. 18).

O esporte cada vez mais tem se tornado uma política pública com potencial para gerar riquezas, empregos e com muita capacidade de mobilizar nossas crianças, adolescentes e jovens como caminho complementar na construção de oportunidades. Desenvolver um sistema nacional de esportes que integre as políticas públicas entre os entes federados é prioridade. É urgente modernizar a organização e as relações do futebol, nosso mais popular esporte. [...] A realização da Copa do Mundo no Brasil é a vitória política de um país que tem vencido a crise econômica internacional com geração de empregos e distribuição de renda [...] (Rousseff, 2014, p. 23).

A palavra ‘inflação’ é mencionada sete vezes, sendo que apenas uma figura na seção de propostas da candidata. Este também é o único trecho que aborda diretamente a política macroeconômica proposta para a nova gestão. Ela menciona que:

Um dos alicerces deste novo ciclo é o fortalecimento de uma política macroeconômica sólida, intransigente no combate à inflação e que proporcione um crescimento econômico e social robusto e sustentável. Crescimento econômico estimulado pelo aumento da taxa de investimento da economia e pela ampliação de um mercado doméstico sólido e dinâmico, e que ocorra sem obstáculos, graças à expansão dos investimentos em infraestrutura (Rousseff, 2014, p. 15).

A partir dos dados levantados, partimos para a análise e discussão dos resultados na próxima seção.

Análise e discussão dos resultados

Neste artigo, nos propomos a avaliar as propostas de governo da candidatura de Dilma Rousseff em 2010 e 2014 no que diz respeito ao tratamento dado ao desemprego desde a perspectiva de alguns eixos temáticos extraídos da literatura. Além da análise dos textos em si, levantamentos também os índices de desemprego e inflação no período de 2010 a 2018 para avaliarmos até que ponto as políticas propostas atingiram seus objetivos. Esses índices nos ajudam também a avaliar se há uma relação entre a campanha eleitoral e o comportamento desses dados macroeconômicos, como preconizado por Bolzan (2016).

No que se refere às políticas macroeconômicas abordadas nas propostas que possam impactar os índices de desemprego ao longo da gestão, de modo geral, as propostas abordam minimamente esse tema, fazendo referências mais concretamente à continuidade de ações que desencadeariam impactos nesse nível, porém, não mencionando diretamente este objetivo. Podemos afirmar que as propostas apresentadas objetivaram indicar que os resultados da economia brasileira, alcançados pelos mandatários petistas anteriores, foram importantes e que as próximas gestões da candidata dariam continuidade a esse processo. Não há uma explicitação detalhada sobre a adoção de mecanismos que possam manter o consumo aquecido, inflação baixa e índices de desemprego favoráveis. É como se as ações propostas não gerassem consequências que impactam outras variáveis também abordadas no texto de forma independente. Nesse sentido, a sinalização de uma relação entre inflação e geração de emprego que buscamos avaliar nos textos não se faz presente. Ou seja, não se estabelece uma conexão, tanto nas propostas de governo de 2010 quanto de 2014, de risco de aumento de inflação com o aquecimento da economia, nem se apresentam mecanismos que possam ser acionados para controlar esses quadros. Podemos apontar, portanto, que há um certo grau de incoerência do ponto de vista econômico na construção retórica das propostas de governo da candidata nas eleições de 2010 e 2014 e que isso talvez se deva à confiança em políticas estabelecidas que precisariam ser mantidas.

Com relação à menção a políticas passivas e ativas no combate ao desemprego, percebe-se ao longo das propostas a presença de ambos. No campo das passivas, há menção ao sucesso do programa de transferência de renda Bolsa Família – mais explorado nas propostas de governo de 2010 e menos nas de 2014 (apenas uma citação ao longo deste segundo texto). A expectativa de implantação do programa de Renda Básica de Cidadania, que figurava nas propostas de 2010 e não foi implantado ao longo daquele primeiro mandato, não apareceu em 2014. Com relação às políticas ativas, há menção constante à educação e qualificação do ensino técnico, principalmente através dos institutos federais, que tiveram sua rede fortemente ampliada ao longo dos mandatos petistas e recebem destaque tanto nas propostas de 2010 quanto de 2014. As propostas que estimularam a demanda por mão de obra e a consequente criação de novos postos de trabalho aparecem de forma mais genérica, indicando posicionamentos abrangentes de governo, com poucas ações pontuais que se refletiriam na geração de novas vagas. Não há menção nos textos analisados a esforços de *matching* entre trabalhadores e postos disponíveis no mercado de trabalho.

A partir da análise destas menções, podemos dizer que o desemprego não figurava como um problema de destaque nas propostas de governo da candidata. Talvez pela trajetória de queda do índice ao longo dos primeiros mandatos petistas, a tônica adotada nos textos foi de manutenção de uma política de estabilização desse aspecto macroeconômico em padrões de ‘primeiro mundo’. Essa negligência pode ser um dos fatores que explicariam o salto do índice a partir de 2016, o que analisaremos a seguir.

Além dos dados levantados nas propostas de governo registradas no TSE, para as análises deste artigo, observamos também informações referentes aos índices de desemprego e inflação entre os anos de 2010 a 2018. Embora o governo Dilma tenha sofrido uma interrupção em 2016, entendemos que os efeitos das políticas instituídas nos dois mandatos da presidente poderiam ter efeitos que se estendessem até o final do período de seu segundo mandato, concluído pelo vice-presidente Michel Temer. Assim, as séries históricas propostas nos gráficos apresentados aqui compreendem dados até os primeiros meses de 2018.

Ao longo dos textos analisados, parece ser constante a premissa de que o problema do desemprego no Brasil havia sido ‘resolvido’ no governo Lula e que os próximos mandatos teriam apenas o papel de manter as mesmas políticas de forma a garantir a continuidade da estabilidade do índice. Na Figura 1, observamos o comportamento do índice de desemprego no Brasil desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff em 2010. De fato, há um comportamento de certa estabilidade, principalmente no período entre janeiro de 2010 e junho de 2015, com oscilações entre 4,7% (dezembro de 2011) e 8,3% (junho de 2015). Em trajetória ascendente a partir do segundo semestre de 2015, o índice atinge 11,2% em maio de 2016, momento em que Dilma é afastada da presidência para o processo de *impeachment* e assume o vice, Michel Temer. O índice segue subindo até atingir o pico de 13,6% em abril de 2017 e encerra o primeiro trimestre de 2018 não muito distante deste número – 13,1% (março/2018). Ou seja, pode-se afirmar que as políticas geradoras de novos postos de trabalho, preconizadas nas propostas de governo de 2010 e de 2014 da então candidata Dilma não surtiram os efeitos esperados quanto ao nível de ocupação laboral da população. Ainda que o primeiro ano do segundo mandato da presidente tenha conseguido manter o desemprego relativamente baixo, o mesmo não ocorreu a partir do segundo ano.

Se observarmos o comportamento do índice de inflação mensal nesse mesmo período (Figura 2), percebemos que a variação – que não ultrapassava os 0,92% até o final do primeiro ano de gestão do segundo mandato de Dilma – em março de 2015, atinge um pico de 1,32% – sua maior elevação desde o início do primeiro governo da presidente, período que coincide também com o início da trajetória de subida do índice de desemprego no país. Ou seja, o Brasil passa a sofrer aí um quadro recessivo, com presença de inflação e desemprego, ou ainda o início de um período de estagflação. Segundo Carlin e Soskice (2015), na década de 1970, várias economias em desenvolvimento foram afetadas pela estagflação, cenário em que se combina um alto desemprego com altos índices inflacionários. Essa configuração abalou a crença no trade-off entre inflação e produção.

A inflação só volta aos patamares mais baixos em março de 2016 (0,43%), quando começam as discussões de impeachment da dirigente, e chega a atingir um ponto de deflação em junho de 2017 (-0,23%) já com a presidência do vice Michel Temer.

E qual a relação destes índices com as campanhas eleitorais? Segundo Bolzan (2016), os presidentes tenderiam a combater a inflação em início de mandatos e o desemprego no final destes, com vistas a conquistas eleitorais nos mandatos seguintes, já que o controle do cenário conjuntural macroeconômico é um assunto que tem maior relevância no começo do mandato, e o crescimento da produção e um nível de

desemprego baixo aumentariam a probabilidade de manutenção do poder pelos governantes, logo, faria mais sentido ocorrer ao final dos mandatos. Portanto, ao sobrepormos os índices, deveríamos ser capazes de observar esses comportamentos de alternância entre queda da inflação/aumento de desemprego no início dos mandatos de Dilma e aumento de inflação/queda de desemprego ao final destes. Por outro lado, as pretensões para reeleição de Michel Temer, alimentadas ao longo do primeiro trimestre de 2018, ainda que depois descartadas, poderiam também nos indicar uma trajetória de queda do desemprego em seu segundo ano de mandato e aumento da inflação. A Figura 3 nos apresenta os dois índices – desemprego e inflação – no mesmo gráfico, de forma a facilitar o comparativo entre os dois índices no período em estudo.



Figura 1. Variação da taxa de desemprego no Brasil entre janeiro/2010 e maio/2018 (%).

Fonte: Autores, a partir de dados do IBGE.

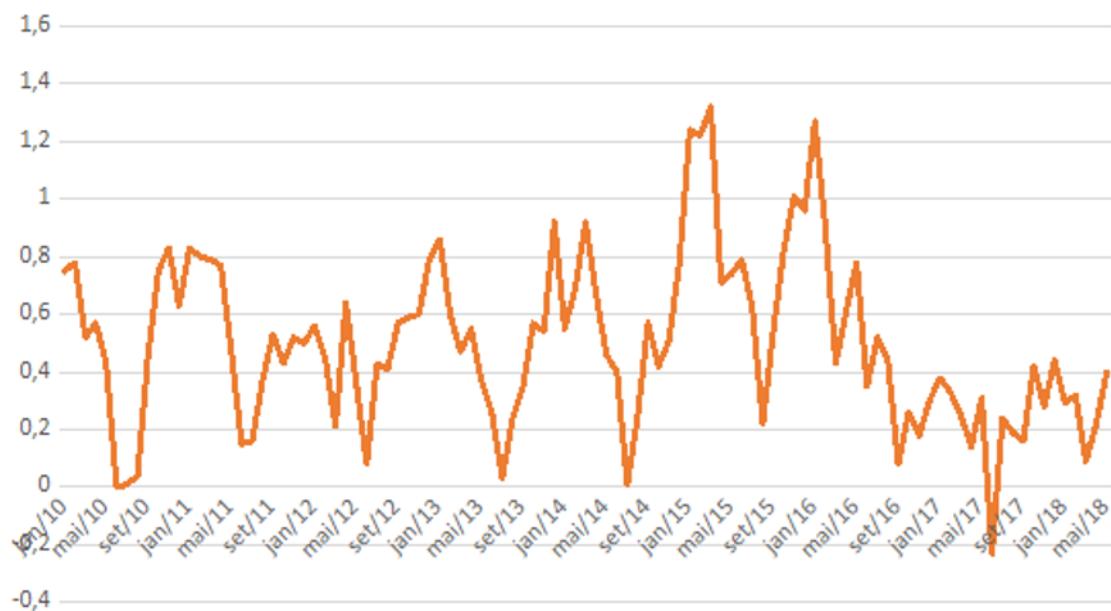


Figura 2. Variação da taxa de inflação no Brasil entre janeiro/2010 e maio/2018 (%).

Fonte: Autores, a partir de dados do IBGE.

No primeiro semestre do mandato de Dilma Rousseff, observa-se que o desemprego sofre sim uma ligeira alta (variação entre 7,2 e 7,6%), mas a partir de junho de 2010 começa uma trajetória de queda, até fevereiro de 2012 (5,7%). No mês seguinte, esse quadro se modifica, com o índice atingindo um pico de 7,9%. Já a inflação, que nos dois primeiros meses de governo encontra-se em um patamar relativamente alto (0,75 e 0,78%), a partir de março começa a cair, voltando a crescer em outubro de 2010, portanto, ao final do primeiro ano de governo.

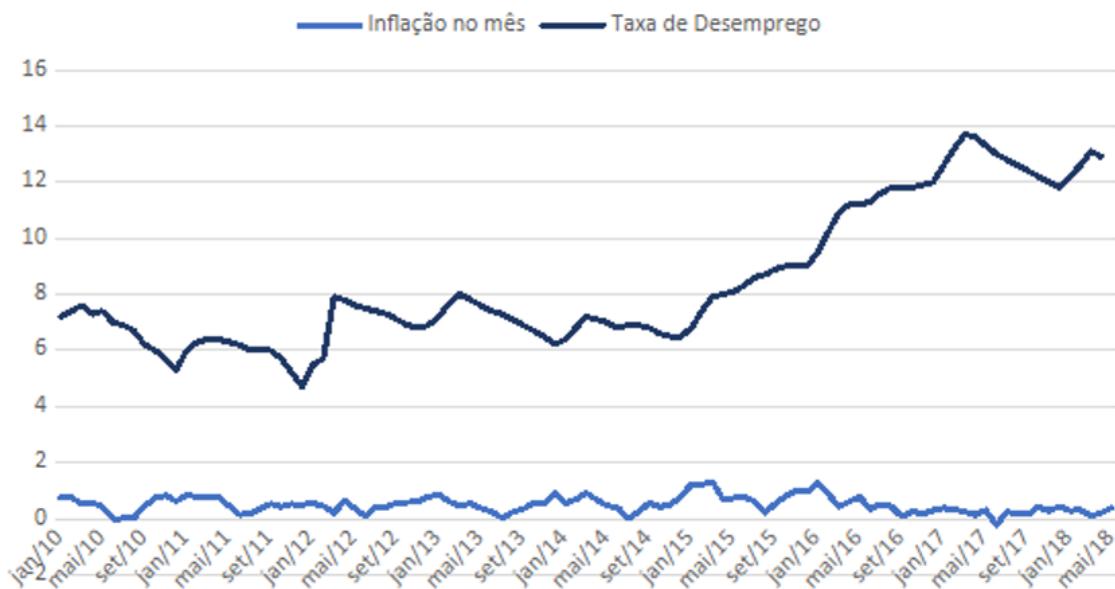


Figura 3. Índices de desemprego e inflação de janeiro de 2010 a maio de 2018 (%).

Fonte: Autores, a partir de dados do IBGE.

O último ano do primeiro mandato de Dilma começa com o desemprego em relativa alta, apresentando um índice de 7,2% em janeiro de 2013. A trajetória é ascendente até o início do segundo semestre daquele ano, quando o desemprego começa a cair, atingindo, entre outubro e dezembro, seus mais baixos índices daquele ano, o que corrobora a tese de Bolzan (2016) de que há uma tendência de queda do desemprego no período eleitoral, especialmente quando o partido no poder busca a reeleição. Apesar do leve crescimento nos primeiros meses do segundo mandato de Dilma, entre junho e dezembro do primeiro ano de governo, o índice se mantém estável, contrariando o pressuposto da autora de que no começo do mandato a tendência era de que esse índice subisse. A disparada dos números acontece, neste caso, a partir do segundo ano de mandato, e o terceiro e quarto anos serão os que apresentaram os números mais altos de desemprego destes governos, o que vai contra a ideia de Bolzan (2016).

Desta forma, devido à diferença no cenário macroeconômico brasileiro entre o primeiro e o segundo mandato de Dilma Rousseff, o que se observa é que os índices de inflação e desemprego tiveram um comportamento bastante distintos entre os mandatos. No primeiro, eles se comportaram como esperado, com o controle do cenário ocorrendo no início do governo e aquecimento da economia no final. Já no segundo, o Brasil estava inserido em uma situação conjuntural menos favorável devido à crise política instaurada no país. Tal crise gerou um ambiente de enorme incerteza, o que contribuiu para a fuga de capitais, aumento da dívida e maior necessidade de financiamento público. Esse fato levou a uma retração da produção e aumento do desemprego, impulsionados por uma elevação de tributos. Essa política fiscal contracionista, instaurada no último ano do mandato de Dilma Rousseff, fez com que o nível de inflação persistisse dentro do país, dado que os preços dos produtos estavam mais altos, gerando um cenário muito desfavorável com níveis altos de desemprego combinados com um índice de inflação elevado, fazendo com que o país entrasse em uma situação econômica delicada.

Se observarmos o índice de desemprego de 2018 desde a perspectiva de uma pretensão à reeleição de Michel Temer, o que se percebe é a manutenção de uma trajetória de crescimento, ou seja, um descontrole que não consegue ser impactado pelas políticas de governo. Como os dados analisados vão até maio de 2018, não é possível avaliar uma relação direta com o período eleitoral. Também a desistência da candidatura de Temer à reeleição pode ter impactado no relaxamento do controle do índice, visto que a manutenção de uma boa imagem de forma a aumentar as possibilidades de reeleição já não eram mais uma prioridade.

Com relação à inflação, como já mencionado anteriormente, nos dois primeiros meses do primeiro mandato de Dilma, se observa um patamar relativamente alto para o período. A partir do terceiro mês, observa-se o controle do índice, com uma trajetória de queda que se estende até setembro de 2010, quando a inflação volta novamente a subir. Esse controle da inflação no período inicial do mandato corrobora o preconizado por Bolzan (2016). Por outro lado, o mesmo não pode ser dito sobre o último ano do primeiro mandato da presidente. O índice oscila fortemente, variando entre picos de 0,83% (jan/2013) e 0,92%

(dez/2013) e períodos de números mais baixos, como o de 0,3% (jul/2013). Vem ao encontro do que afirma a autora, algo que se observa no período entre maio e setembro daquele ano, em que o índice teve relativa queda a números abaixo dos 0,3%. Já com relação ao comportamento do combate à inflação no momento pós-eleição, observa-se que já em março de 2014 o índice atingiu seu maior pico daquele ano (0,92%), o que contradiz a expectativa de que, ao se eleger, o candidato haveria uma tendência de combater a inflação e aumento o desemprego (Bolzan, 2016).

Com relação ao comportamento da inflação ao final do segundo mandato e considerando a gestão de Temer, a comparação dos índices nos revela que a grande preocupação do então presidente foi de controlar a inflação em detrimento da geração de empregos. Temer, na contramão do que propõe a literatura, não parece priorizar os empregos em detrimento dos preços. A gestão Temer parece buscar controlar o nível de inflação e tentar trazer um pouco mais de estabilidade para o cenário macroeconômico, indo na linha do que Bolzan (2016) trata em seu artigo. Ao final de seu mandato, o presidente em exercício parece voltar suas preocupações para os níveis de desemprego, dado que a reeleição não será um interesse do político.

Considerações finais

Este estudo buscou avaliar a presença de informações sobre políticas macroeconômicas com relação ao desemprego nas propostas de governo da então candidata Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. Também foram analisados os índices de inflação e desemprego ao longo do período de 2010 a 2018 em busca de um contraste entre as propostas de governo e os resultados das gestões implementadas, bem como da relação entre controle do desemprego e da inflação como recursos eleitorais.

De maneira geral, o que encontramos na análise dos dados foi uma presença pequena de informações nas propostas registradas no TSE pela candidata sobre políticas de combate ao desemprego e à inflação. Talvez pela relativa estabilidade encontrada no cenário econômico nacional nas campanhas de 2010 e 2014, tenha havido uma preocupação pequena em pensar propostas que pudessem enfrentar a desestabilização desse cenário. A tônica geral dos programas é de continuidade.

Por outro lado, os índices de desemprego, especialmente no segundo mandato da presidente, apresentaram trajetória de forte crescimento, com aparente dificuldade de reversão. Sem um planejamento prévio para lidar com uma possível desestabilização, o segundo governo Dilma assistiu a um descontrole econômico do país, seguido de um *impeachment* que a tirou do poder. Seu sucessor, o vice-presidente Michel Temer, parece ter buscado controlar a inflação em detrimento da geração de empregos, com este segundo índice atingindo patamares dos mais altos nas últimas décadas do país.

A relação entre inflação e desemprego e seus impactos nas campanhas eleitorais foi avaliada levando-se em consideração a literatura trazida e discutida aqui. Observamos que, em um cenário estável, ela é passível de ser parcialmente notada. Com relação ao controle do desemprego, especialmente no período pré-eleitoral, na campanha para o segundo mandato de Dilma, ela foi notada. Já com relação à inflação, percebe-se um certo controle, porém, com índices menos evidentes. No segundo mandato, em um cenário menos estável, constatou-se desemprego e inflação em níveis aparentemente fora de controle. O *impeachment* da candidata eleita, que teve seu segundo mandato interrompido, sendo sucedida pelo vice Michel Temer, tornou a análise do cumprimento das promessas de campanha mais difícil, uma vez que este período não foi concluído pela mesma equipe que iniciou a gestão.

Para estudos futuros, seria interessante observar também o comportamento dos índices de desemprego e inflação nos períodos pré-eleitorais e de início de mandatos de outros candidatos reeleitos. Com relação às as propostas de governo, como já mencionando no começo deste artigo, estudos baseados nos documentos oficiais dos candidatos, registrados no TSE, só passaram a ser possíveis a partir da mudança na legislação eleitoral ocorrida em 2009. Esse material nos possibilita realizar estudos comparativos entre os projetos para políticas macroeconômicas de diversos candidatos, buscando entender em que medida os postulantes a esses cargos têm se preocupado em elencar propostas que possam combater o desemprego no país e quais as demais medidas indicadas são coerentes com esse objetivo.

Referências

- Albuquerque, A. (1995). Política versus televisão: o horário gratuito na campanha presidencial de 1994. *Comunicação & Política*, 1(3), 49-54.

- Albuquerque, A. (1997). *Os spots políticos: americanização da propaganda política brasileira?* [Apresentação de trabalho]. Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, MG.
- Albuquerque, A. (1999). *Aqui você vê a verdade na tevê: a propaganda política na televisão*. Publicações do MCII.
- Albuquerque, A. (2010). Notas para uma agenda da pesquisa sobre a propaganda política na televisão no Brasil. *Revista ECO-Pós*, 12(3), 4-10. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v12i3.928>
- Albuquerque, A., & Dias, M. (2002). Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. *Civitas*, 2(2), 309-326.
- Alves, M. (2015). *Partidos políticos e campanhas profissionais: as eleições municipais de Sorocaba em 2012* [Apresentação de trabalho]. Anais do 6º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bolzan, D. (2016). *Teoria dos ciclos político-econômicos: interpretando a relação entre política e economia*. <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/533/2019/05/TEORIA-DOS-CICLOS-POLITICOS.pdf>
- Borba, F. (2015). Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 21(2), 268-295. <https://doi.org/10.1590/1807-01912015212268>
- Borba, F., & Cervi, E. U. (2003). Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. *Opinião Pública*, 23(3), 754-791. <https://doi.org/10.1590/1807-01912017233754>
- Carlin, W., & Soskice, D. (2015). *Macroeconomics: Institutions, instability, and the financial system*. Oxford University Press.
- Carlomagno, M. C. (2015). Como o candidato alcança seu eleitor? Mensurando estratégias eleitorais por meio dos gastos de campanha nas eleições 2012. *Revista Teoria & Sociedade*, 23(2), 159-192.
- Downs, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Estrada, R. J. S., Brito, L. C., Verardi, M., & Almeida, A. L. N. (2013). Participação política: Fundamentos, planejamento, execução e coordenação de campanha eleitoral. *Revista de Ciências da Administração*, 18(41), 23-35. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2013v15n35p23>
- Fernandes, L. C., & Tomazett, L. (2002). Marketing eleitoral e HGPE em Goiás. *Sociedade e Cultura*, 5(2), 199-208. <https://doi.org/10.5216/sec.v5i2.577>
- Figueiredo, M. (2000). Media, mercado de informação e opinião pública. In C. Guimarães, & C. Júnior (Orgs.), *Informação e democracia* (pp. 25-42). Editora UERJ.
- Figueiredo, M. (2007). Intenção de voto e propaganda política: efeitos da propaganda eleitoral. *Logos*, 14(2), 9-20.
- Figueiredo, M., Bezerra, H. D., Aldé, A., & Jorge, V. L. (2000). Estratégias de persuasão em eleições majoritárias. In M. Figueiredo (Org.), *Marketing político e persuasão eleitoral* (pp. 115-138). Fundação Konrad Adenauer.
- Heiler, J. G., Viana, J. P. S. L., & Santos, R. D. (2016). O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. *Opinião Pública*, 22(1), 56-92. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201622156>
- Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009*. (2009). Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm
- Lima, B., & Alves, M. F. (2014). O partido dos trabalhadores: um perfil do investimento financeiro nos meios de comunicação de massa nas eleições. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*, 7(21), 66-80.
- Machado, M. (2009). A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos programas eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. *Opinião Pública*, 15(1), 159-189. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100007>
- Marques, R., & Conceição, B. (2016). O político, o marqueteiro e o partido: quem será o protagonista nas eleições municipais de 2016? *Em Debate*, 8(1), 7-13.
- Melo, C. (2007). *Collor: o ator e suas circunstâncias*. Editora Novo Conceito.

- Mundim, P. S. (2012). Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. *Revista de Sociologia e Política*, 20(40), 123-147. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23821981009>
- Paes de Barros, R., Camargo, J. M., & Mendonça, R. (1997). *A estrutura do desemprego no Brasil* (Texto para discussão nº 478). IPEA. <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/34966d4d-ae83-4881-a084-a7c78c677512>
- Rebelo, M. M., Giora, G., & Scapini, M. (2016). Dinheiro realmente importa? Uma análise do financiamento de campanha nas eleições para a ALERGS em 2014. *Revista Debates*, 10(3), 169-188. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.69303>
- Rousseff, D. (2010). *Eleições 2010: propostas de governo*. https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/Programa-de-governo-presidencia_2010.pdf
- Rousseff, D. (2014). *Eleições 2014: propostas de governo*. https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/Programa-de-governo-presidencia_2014.pdf
- Sachsida, A. (2013). Inflação, desemprego e choques cambiais: uma revisão da literatura sobre a curva de Phillips no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 67(4), 549-559. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402013000400009>
- Speck, B. W., & Mancuso, W. P. (2013). O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer*, 14(2), 109-126.
- Zylberstajn, H., & Neto, G. B. (1999). As teorias de desemprego e as políticas públicas de emprego. *Revista de Estudos Econômicos*, 29(1), 129-149.